

EDITORIAL

Junto com esta 29ª edição da Revista *Avaliação*, temos a grande satisfação de entregar ao público o nosso livro coletivo **Avaliação e Compromisso Público: a Educação Superior em debate** (Editora Insular, Florianópolis). Trata-se de livro que reúne estudos de autores que, ao lado de tantos outros, nestes últimos sete anos, vêm emprestando sua colaboração à Rede de Avaliação da Educação Superior (RAIES). Neste livro, há trabalhos de Dilvo Ristoff, José Dias Sobrinho, Denise Leite, Angel Díaz Barriga, Maria Isabel da Cunha & Cleoni Maria Fernandes & Mari Forster, José Carlos Rothen, Axel Didriksson, Renato Dagnino & Erasmo Gomes, Valdemar Sguissardi e Maria de Fátima de Paula. Os estudiosos da Educação Superior, especialmente da avaliação institucional da Educação Superior, têm mais esta obra de referência para alimentar os debates e fazer avançar a teoria nessa área que atualmente passa por grandes transformações e vive grandes dilemas.

Nossas reflexões e estudos ganham nova importância e renovado ânimo neste momento em que o MEC lança a público a agenda política da avaliação da Educação Superior. Bem sabemos que uma determinada concepção de avaliação, aliada a uma prática consistente, guarda estreita relação com uma política pública de Educação Superior, por sua vez vinculada a um projeto de país. Nestes últimos sete anos, a Revista *Avaliação* tem se colocado como um espaço público dos debates e reflexões. Neste número, vários autores, com diferentes temas e perspectivas, contribuem para aprofundar essas discussões.

Luiz Antonio Cunha trata de um tema que tem a ver com as concepções de democracia e de autonomia universitária, com as complicadas relações entre universidades federais e o Estado e entre o poder acadêmico e as lutas sindicais. Neste texto, o autor analisa as mudanças históricas havidas no padrão de escolha de dirigentes das universidades federais brasileiras, conferindo especial ênfase aos processos de cooptação e de eleição. Focaliza, também, as demandas políticas das entidades (para)sindicais de professores, de funcionários e de estudantes, assim como sua argumentação ideológica, e as críticas a partir da concepção de universidade como uma instituição complexa e hierarquizada. Na conclusão, Luiz Antonio Cunha apresenta uma proposta de um novo processo de escolha de dirigentes de IFES, que possa superar a dicotomia cooptação *versus* eleição.

Francisco de Assis Palharini apresenta um estudo sobre a Revista *Avaliação*. Trata da trajetória, analisa a situação histórica em que emergiu e se consolidou e, especialmente, tenta apreender o processo de materialização da proposta central desta Revista. A análise do material a que o autor procedeu leva-o a perceber o esforço de uma rede de pesquisadores que colaboram com esta Revista no

sentido de fortalecer uma proposta de avaliação institucional democrática e crítica dos procedimentos vigentes de avaliação dos resultados, orientada ao controle e ao eficientismo, de inspiração neoliberal. Segundo Palharini, a volumosa produção de artigos publicados pela Revista *Avaliação* tem sido, desde alguns anos, uma presença obrigatória e de qualidade na bibliografia brasileira e latino-americana da área de avaliação da Educação Superior.

Miguel Núñez C. apresenta um panorama da Educação Superior chilena dos últimos anos. O tema interessa a todos os estudiosos da Educação Superior na América Latina, pois o Chile fornece, antes dos demais países, uma importante chave para a compreensão do fenômeno da modernização. Embora o atendimento da educação chilena seja, constitucionalmente, prerrogativa prioritária do Estado, na prática se dá que a iniciativa privada tem recebido amplo apoio oficial. As políticas governamentais, alimentadas por volumosas quantias de financiamento, têm favorecido amplamente a crescente onda de privatização da Educação Superior. Isso traz como consequência o enfraquecimento das instituições públicas e uma duvidosa qualidade no ensino oferecido pela maioria das instituições privadas.

Joana Paulin Romanowski discute o tema da expansão do ensino superior no Brasil, atribuindo-a a diversas razões combinadas, tais como o crescimento demográfico, o aumento das possibilidades de acesso devido à criação de novas instituições de ensino superior, o grande crescimento do número de concluintes dos níveis anteriores de escolarização, as exigências de maior nível de escolarização pela transformação do mundo do trabalho, em razão da evolução da ciência e da cultura etc.. Constata que a essa expansão têm faltado discussões e políticas. Por exemplo, o acentuado aumento da educação básica estaria a exigir também uma acentuada expansão dos cursos de licenciatura, pois o número de professores que se formam é insuficiente para atender as exigências da Lei 9.394/96, particularmente na área de ciências. Finalmente, a autora discute a questão da articulação entre expansão do ensino e melhoria da formação docente.

Maria da Graça Jacintho Setton elabora uma síntese comparativa das representações acadêmicas e sociais de dois segmentos universitários das áreas de humanidades da USP. Em pesquisas anteriores, analisando os condicionamentos sócio-culturais do estudantado, havia observado a existência de uma classificação velada e de uma correspondência entre as diferenças de recursos dos alunos e a procura por determinados cursos e carreiras. Neste artigo, a autora faz uma análise comparativa entre os alunos no que se refere à inserção no trabalho, estratégias acadêmicas e profissionais.

Newton César Balzan, Jairo de Araujo Lopes e Mara Regina Lemes De Sordi tratam da construção de uma cultura de avaliação institucional que a PUC-Campinas vem empreendendo ao longo dos últimos 21 anos. Nessa trajetória, fica muito claro que, se a comunidade acadêmica não houvesse participado ativamente

te da avaliação institucional, esta teria fracassado e isso teria acarretado sérios efeitos negativos. Os autores relatam essa experiência, convencidos de que se trata de oportunidade ímpar para revisitar projetos, princípios e práticas sociais que promovem os debates públicos e as reflexões nas faculdades e nos cursos.

Mauro Mendes Braga, Maria do Carmo Lacerda Peixoto e Tânia F. Bogutchi apresentam uma análise da evasão e da repetência no âmbito da Educação Superior brasileira, tendo como uma referência importante o chamado processo de democratização que se verifica desde a década de 1960. Consideram os autores deste estudo, a partir de um diagnóstico da evasão no ciclo básico da UFMG, que a intervenção da universidade pode reduzir sensivelmente as dimensões desse fenômeno, sobretudo naqueles cursos em que as taxas são mais elevadas. Escolheram como foco principal de análise a busca de compreensão da complexidade das relações que se desenvolvem no ambiente escolar e que podem vir a ser causadoras da evasão e, como base de análise, o perfil socioeconômico dos estudantes e do seu desempenho escolar.

Sandra M. Zákia L. Sousa, Romualdo Portela de Oliveira, Nádia Gaiofatto Gonçalves também discutem o tema da evasão, de modo particular analisando a evasão dos alunos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP, considerando o período 1990 a 2000. Além de apresentarem informações sobre o perfil sócio-acadêmico de alunos evadidos do Mestrado e do Doutorado, mapeiam as razões alegadas para o abandono do curso.

João Vieira Neto utiliza-se de técnicas estatísticas de análise multivariada para interpretar dados colhidos no processo de avaliação institucional da Unochapecó, especialmente no que se refere às percepções dos estudantes sobre as atividades e atitudes dos professores. Uma das conclusões a que chega é que existe um comportamento diferenciado da avaliação dos professores em função das particularidades de suas áreas de atuação. O estudo mostra ainda que os professores, segundo percepções dos estudantes, apresentam desempenho relativamente inferior nos itens relacionados a atividades coletivas.

Beatriz Maria Boéssio Atrib Zanchet discute o Exame Nacional do Ensino Médio a partir da seguinte questão: o ENEM é uma auto-avaliação para quem? Após discutir os pressupostos conceituais e a estruturação do ENEM e de contextualizá-lo na história recente dos sistemas brasileiros de avaliação implantados pelo Estado, que tem na competição a expressão da melhoria da qualidade, a autora discute se nesse exame predomina o sentido de uma avaliação por competência ou uma comparação de resultados. Tendo em conta que os resultados do ENEM são verificados pelo Estado, a autora busca apreender as possíveis repercussões desse exame nas escolas brasileiras.